

42 
PSD
CONGRESSO
BRAGA | 19 A 20 OUTUBRO 2024

PROPOSTA TEMÁTICA



COMBATER O CENTRALISMO

1º SUBSCRITOR:

ASSEMBLEIA DISTRITAL PORTO

Combater o centralismo

- Proposta temática da Distrital do PSD do Porto ao 42.º Congresso do Partido Social Democrata -

I. ENQUADRAMENTO

Debater o centralismo pode parecer um assunto gasto. Infelizmente para todos nós, em Portugal ainda o não é.

O centralismo continua a ser um fator gerador de injustiças, de desequilíbrios e de bloqueio ao desenvolvimento do País.

A tendência de concentrar o poder, os recursos e as decisões num só ponto geográfico enfraquece as regiões, limita as oportunidades e cria desigualdades que não podem, nem vamos deixar que continuem a ser ignoradas.

A concentração do poder de decisão e dos recursos num único local, deixando as regiões à margem, consubstancia o fechar de portas às vozes locais, ignorando o potencial de cidades e vilas que têm muito a oferecer. E isto não é apenas uma questão de geografia: é, sobretudo, uma questão de justiça social e de coesão territorial.

Portugal é um país rico em diversidade, com um enorme potencial em diferentes áreas, distribuído de norte a sul, do litoral ao interior. No entanto, ao longo dos anos, assistimos a uma centralização excessiva que se traduz em desequilíbrios profundos, penalizando populações, restringindo o acesso a serviços de qualidade, a oportunidades de emprego e ao investimento necessário para o desenvolvimento regional.

Combater o centralismo é promover a descentralização. É levar a administração pública para mais perto dos cidadãos. É garantir que as decisões sejam tomadas com base nas

realidades locais, e não a partir de gabinetes distantes que desconhecem as necessidades específicas de cada região.

Precisamos de políticas que incentivem a fixação de empresas e serviços públicos fora dos grandes centros urbanos. Precisamos de apostar na mobilidade e na conectividade, garantindo que as infraestruturas cheguem a todos, em todo o país. Precisamos de garantir que, num mundo cada vez mais digital, a distância física deixe de ser uma barreira ao desenvolvimento.

A título preliminar, importa sublinhar que o centralismo português não surgiu por um acaso fortuito ou pelo inevitável fado lusitano, mas antes por razões eminentemente históricas.

Como recordou Valente de Oliveira, já nos idos anos 90, *“foi o centralismo que assegurou a independência ao País durante mais de oito séculos, porque o nosso eterno potencial invasor estava do de lá da fronteira”*¹.

Contudo, como bem salienta João Caupers, nos nossos dias *“a descentralização não envolve, nos Estados politicamente consolidados, riscos apreciáveis de desagregação da coletividade nacional: é mesmo a forma mais adequada de conciliar a promoção da satisfação dos interesses gerais desta com a resolução dos problemas específicos dos grupos que a compõem”*².

Parece existir consenso quanto ao facto de a descentralização poder ser um fator de correção de desigualdades e, bem assim, de servir de base à desejável coesão territorial. É inegável que os países com mais qualidade de vida humana no contexto europeu são,

¹ Cfr. Luís Valente de Oliveira, in *“Novas Considerações sobre a Regionalização”*, Edições Asa, Porto, 1997, p. 45.

² Cfr. João Caupers, in *“A Administração Periférica do Estado”*, Lisboa – Editorial Notícias, 1994.

também, os que mais descentralizaram os processos de decisão e as lógicas do seu desenvolvimento.

Estes países compreenderam que a concentração do poder em poucas cidades limita o potencial do restante território e gera desigualdades sociais e económicas. Ao descentralizarem, promoveram um crescimento mais justo e inclusivo, distribuindo oportunidades e recursos de forma equitativa pelas várias regiões.

Ao distribuir o poder de decisão e estimular o desenvolvimento regional, estes países não só melhoraram a qualidade de vida dos seus cidadãos, como também criaram economias mais resilientes e diversificadas. A experiência europeia mostra-nos que descentralizar é, portanto, um caminho incontornável para a prosperidade e para uma maior justiça social.

A descentralização é também uma oportunidade para revitalizar a nossa democracia. Quando damos mais voz e poder às regiões, aproximamos os cidadãos da política, promovemos a participação cívica e reforçamos a confiança nas instituições.

Devemos pugnar por construir um Portugal onde todas as regiões tenham a oportunidade de prosperar, onde o talento e a criatividade possam crescer livremente, em qualquer parte do país, sem que as pessoas sejam forçadas a deixar as suas raízes e migrar para os grandes centros urbanos.

Portugal deve ser construído e desenvolvido como um País equilibrado, territorialmente coeso, que privilegie a igualdade de oportunidades e promova a qualidade de vida e o bem-estar de todos os portugueses.

Para alcançar esses objetivos, é essencial pensar, desenhar e implementar políticas públicas que promovam o princípio da subsidiariedade, tendo em vista o combate firme

ao centralismo administrativo, económico e cultural, e que seja capaz de suplantar o fenómeno da litoralização que Portugal tem vindo a conhecer de forma evidente.

Tal deve ser assumido como um desiderato nacional de desenvolvimento sustentável, ao nível das condições de acesso ao trabalho, à habitação, à educação, à saúde, bem como a todas as capacidades de desenvolvimento que permitam a desejável realização das aspirações de vida dos portugueses de forma homogénea e justa.

Contudo, no momento atual, não nos podemos ficar pela promoção de uma simples descentralização administrativa, ou mesmo uma desconcentração de competências em órgãos administrativos periféricos. Tal poderia correr o risco de se converter num indesejável aumento da complexidade e morosidade nos processos de decisão, agravando, ainda mais, o desfavorecimento a que tantos territórios do país têm estado votados.

Temos de ser ambiciosos nas nossas intenções e firmes nas convicções de que somos feitos, sempre com os olhos postos num Portugal moderno, desempoeirado e descomplexado, concebendo políticas públicas que sejam indutoras de confiança para as empresas e para todos aqueles que arriscam investir em Portugal, independentemente do local escolhido no território nacional.

Esta proposta temática tem, assim, como primeiro objetivo, a chamada de atenção para uma realidade que merece reflexão e, acima de tudo, reclama soluções que permitam inverter a tendência centralizadora.

II. DIAGNÓSTICO DE ALGUMAS REALIDADES

a. Ocupação do território

Em março de 2023, o INE disponibilizou a publicação “O que nos dizem os Censos sobre dinâmicas territoriais”³, com base nos resultados do XVI Recenseamento Geral da População e VI Recenseamento Geral da Habitação (Censos 2021) sobre as dinâmicas do território.

Da dita publicação, conclui-se o seguinte:

- a. *Maior concentração da população no litoral, em especial nas áreas metropolitanas, por oposição ao interior, tendo-se registado um reforço da litoralização nas últimas duas décadas;*
- b. *Em termos médios residiam no país 112,15 indivíduos por km²; apenas 38% das freguesias tinham densidades populacionais superiores à média nacional;*
- c. *Contraste significativo entre a densidade do povoamento das áreas predominantemente urbanas (453,7 hab/km²) e rurais (22,0 hab/km²) e entre as áreas costeiras (423,8 hab/km²) face às áreas não costeiras (64,6 hab/km²);*
- d. *Entre 2011 e 2021, a população residente em Portugal diminuiu 2,07%. O Algarve (+3,62%), a Área Metropolitana de Lisboa (+1,71%), o Cávado (+1,57%) e o Oeste (+0,27%) foram as únicas NUTS III com aumento populacional.*
- e. *Existência de um significativo território sem população.*

³ Disponível para consulta em:

https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_destaques&DESTAQUESdest_boui=593066534&DESTAQUESmodo=2

Ora, o quadro traçado neste estudo é preocupante, demonstrando um aprofundamento da litoralização e o progressivo abandono de áreas territoriais predominantemente rurais.

Tais números devem-se à falta de oportunidades de trabalho ou, alguns casos, de falta de trabalho compatível com as qualificações profissionais das populações.

Acresce ainda que a desertificação do território agrava diversos problemas sociais, afetando especialmente os mais vulneráveis, como os idosos, e intensificando o isolamento e a solidão dessas populações.

Hoje, o interior do País representa 70% do território nacional, mas só lá vivem menos de um terço dos portugueses. O PSD não pode, nem deve calar-se perante esta realidade. Pelo contrário. O PSD deve constituir a força motriz para a inverter.

b. “Emigração nacional”

Um dos fenómenos poucos debatidos na sociedade portuguesa, cuja realidade choca com a míngua de estudos e estatísticas, está relacionado com os cidadãos que se veem forçados a deslocarem-se para Lisboa para trabalhar, mantendo a sua família noutra ponto do País⁴.

Com efeito, um dos aspetos mais perniciosos do centralismo está relacionado com a concentração obsessiva de oportunidades de trabalho na capital⁵, artificialmente

⁴ O que não se confunde com os movimentos migratórios nacionais.

⁵ Note-se que, de acordo com a publicação disponibilizada pelo INE, denominada “O que nos dizem os Censos sobre dinâmicas territoriais” (e disponível para consulta em https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_destaques&DESTAQUESdest_boui=593066534&DESTAQUESmodo=2), no que tange à organização funcional dos territórios à luz das modalidades casa-trabalho, refere que “em 40 municípios, o número de empregados era superior à população residente empregada, destacando-

transformada no centro prioritário e quase exclusivo do desenvolvimento nacional, obrigando um conjunto assinalável de portugueses a essa separação forçada e traumatizante do seu núcleo social e familiar⁶.

Esta tendência, que pode ser vista como uma “emigração nacional”, tem sido ignorada nas grandes discussões políticas, apesar do profundo impacto que tem na vida dos cidadãos. Um exemplo é o dos agentes da Polícia de Segurança Pública, que muitas vezes passam mais de uma década em Lisboa antes de conseguirem uma transferência para os seus concelhos de origem. Ou o caso dos quadros empresariais que, semana após semana, vivem e trabalham na capital, regressando às suas terras natais apenas ao fim de semana.

Esta realidade é originada por duas razões: décadas de centralismo excessivo, que converteu a capital na ilusão de um íman, a que se soma o elevado nível de vida económico de Lisboa, que acaba por impossibilitar esses trabalhadores de trazerem a sua família⁷.

O desenvolvimento homogéneo e equilibrado de um país deve promover a qualidade de vida e a felicidade dos cidadãos em todas as suas dimensões. Para isso, é essencial que as políticas públicas e o planeamento nacional não esqueçam estes portugueses, garantindo que todos sejam incluídos no processo de desenvolvimento.

c. Empresas

se Lisboa e Porto. Moita, Seixal e Odivelas apresentaram um nível de emprego correspondente a menos de metade da população residente empregada”.

⁶ Muito embora a pandemia tenha acelerado o teletrabalho, tal não tem um reflexo expressivo na realidade em apreço.

⁷ Sendo certo que a ideia não é engrossar a densidade demográfica de Lisboa.

Segundo os dados do Instituto Nacional de Estatística, no ano de 2022, o volume de negócios das sociedades comerciais em Portugal foi superior a 533 mil milhões de euros, com a concentração de 24% em Lisboa.

Em 25 de Agosto de 2023, a *Executive Digest* referia que “com cerca de três milhões de habitantes, Lisboa tem a área metropolitana mais populosa de Portugal e a terceira maior da Península Ibérica (apenas atrás de Madrid e Barcelona). Lisboa é por isso o porto seguro ideal para os maiores negócios do país: das 10 empresas com maior volume de negócios de Portugal, sete têm sede na capital”⁸.

Os dados estatísticos são demonstrativos da força fria e implacável dos números, saltando de eventuais perceções para a realidade empresarial portuguesa e para a inegável concentração de grandes empresas em Lisboa.

Com um investimento mais equitativo e a criação de oportunidades em todo o território, será possível estabelecer polos de desenvolvimento que impulsionem a economia e atraiam a população para diversas regiões. Estes polos não só estimularão o crescimento económico local, como também contribuirão para a fixação de habitantes, aliviando a pressão sobre os grandes centros urbanos.

A diversificação económica e a promoção de iniciativas empresariais em várias localidades ajudarão a gerar emprego e a criar um ambiente propício ao desenvolvimento sustentável.

E ao melhorar a infraestrutura e os serviços em áreas menos desenvolvidas, proporcionaremos melhores condições de vida e oportunidades de sucesso para todos os cidadãos, independentemente da sua localização.

⁸ Cfr. <https://executivedigest.sapo.pt/noticias/quais-sao-as-empresas-com-maior-volume-de-negocios-em-lisboa/>

Este equilíbrio no desenvolvimento territorial é fundamental para promover a coesão nacional. A redução das desigualdades regionais fortalecerá a solidariedade entre as diferentes partes do país, criando uma sociedade mais coesa e integrada.

Com uma abordagem mais inclusiva, garantimos que todas as regiões possam contribuir para o progresso nacional e beneficiar igualmente das suas conquistas.

III. PROPOSTA DE SOLUÇÃO

As políticas públicas e, até, o modelo de organização administrativa, tendem a servir de modelo indutor às lógicas empresariais e constituem um instrumento de modelação dos esquemas de estruturação dos vários sistemas de desenvolvimento privados. Se o Estado é centralizador, o setor privado tende naturalmente a imitá-lo nos seus processos de decisão e de organização.

Para que o combate ao centralismo excessivo seja eficaz, é crucial estabelecer políticas públicas que promovam a descentralização e a desconcentração administrativa, aproximando o poder de decisão dos cidadãos e das suas reais necessidades. Este processo deve respeitar o princípio da subsidiariedade⁹, garantindo que as decisões sejam tomadas ao nível mais próximo possível dos cidadãos. Além disso, é fundamental incentivar a criação de postos de trabalho em todo o território nacional, assegurando que um desenvolvimento económico e social equitativo e inclusivo.

⁹ Princípio inscrito no artigo 6.º da Constituição da República Portuguesa e no, no âmbito comunitário, no artigo 5.º, n.º 3 do Tratado da União Europeia.

É inegável que já foram dados passos positivos na direção da descentralização e na promoção do equilíbrio territorial. A criação de estabelecimentos de ensino superior em concelhos com menor dimensão demográfica é um exemplo claro de como se pode estimular o desenvolvimento regional. Estas instituições não apenas oferecem oportunidades educativas em locais onde anteriormente não existiam, como também atraem jovens e profissionais para essas regiões, contribuindo para a dinamização económica e cultural.

Além disso, muitas políticas municipais têm focado a sua atuação na fixação da população e na atração de profissionais da função pública. Políticas que incluem incentivos financeiros, apoio à habitação e ao empreendedorismo local, ou a melhoria das infraestruturas. São medidas essenciais para combater a desertificação e criar condições favoráveis para que os residentes se sintam motivados a permanecer e a contribuir para o crescimento das suas comunidades.

Essas iniciativas têm mostrado resultados positivos, e é fundamental continuar a apoiar e expandir essas estratégias, garantindo que todos os concelhos, independentemente da sua dimensão, possam beneficiar de um desenvolvimento equilibrado e sustentável.

No entanto, é hoje evidente que essas medidas, embora positivas, não são suficientes.

Assim, o PSD, reunido em Congresso Nacional, reforça o seu compromisso em:

- Pugnar pela efetiva descentralização de competências para as autarquias locais, acelerando processos de forma a reforçar a coesão territorial;
- Revisitar a Lei de Financiamento das Autarquias Locais, adaptando-a ao quadro de novas competências;
- Valorizar os territórios de baixa densidade nas suas diversas dimensões;
- Premiar e promover os organismos descentralizados, reconhecendo e identificando os resultados positivos e as melhores práticas;

- Apostar em incentivos à natalidade e promover a longevidade e o bem-estar, sobretudo em territórios de baixa densidade;
- Promover a qualidade de vida, através da criação de espaços verdes, de oferta cultural e recreativa e de políticas ambientais sustentáveis;
- Defender a criação de políticas públicas que possam incentivar os jovens a deslocar-se para territórios de baixa densidade;
- Melhorar as infraestruturas e os serviços públicos, de forma que o território seja mais atraente para viver e trabalhar;
- Apostar no desenvolvimento económico local e apoiar a atividade de pequenas e médias empresas locais, promovendo a inovação e a criação de empregos;
- Apostar na Educação e Formação Profissional descentralizada, através da oferta de programas de educação e formação profissional para capacitar a população local, atrair e reter talentos;
- Apostar em políticas integradas e estratégicas que possam transformar os diferentes territórios em lugares mais atrativos e dinâmicos.
- Melhorar as infraestruturas e os serviços públicos, de forma que o território seja mais atraente para viver e trabalhar;
- Melhorar as infraestruturas nas redes de transporte, nomeadamente, com maior investimento nas linhas ferroviárias, permitindo um maior fluxo entre as regiões;
- Avaliar a introdução de novos incentivos fiscais ao investimento no interior (zonas de baixa densidade populacional)"

Estamos perante a necessidade urgente de um investimento a longo prazo, com o objetivo de construir um Portugal mais coeso e com melhor qualidade de vida para todos os seus cidadãos. Este investimento deve ser direcionado para a redução das desigualdades regionais e para a promoção de um desenvolvimento equilibrado em todo o território nacional.



O Partido Social Democrata tem sempre considerado a igualdade de oportunidades para todos os portugueses, independentemente da região onde residem ou trabalham, como um pilar fundamental tanto do seu pensamento quanto da sua ação política. Para o PSD, a ideia de um país a duas velocidades é inaceitável. O partido está comprometido em combater o centralismo persistente, que age como um obstáculo significativo ao desenvolvimento equilibrado e à coesão nacional.

A recusa em enfrentar e remover este centralismo, muitas vezes motivada pela falta de coragem política, só perpetua as desigualdades e limita o potencial de desenvolvimento das várias regiões.

O PSD defende uma abordagem corajosa e proativa, que não apenas reconheça, mas ativamente enfrente, os desafios associados ao centralismo. Acredita que a verdadeira coesão territorial só será alcançada através de um compromisso firme com a descentralização e com políticas que promovam um crescimento equitativo em todas as regiões do país.

Apenas com a coragem de enfrentar o centralismo e a audácia de promover a descentralização poderemos construir um Portugal verdadeiramente coeso e justo, onde cada cidadão, em qualquer região, possa realizar as suas aspirações e viver com dignidade.

Ser corajosos e audazes. É este o nosso compromisso. É essa a nossa missão.